

# O BALANÇO DA CONSTITUINTE

## Tendência é acabar com os marajás

Parece que a Constituinte poderá mesmo acabar com os salários dos charados marajás do serviço público. Pelo menos o assunto vem sendo discutido desde a época de funcionamento das subcomissões temáticas, primeira fase da Assembleia Nacional Constituinte, e foi contemplado em todos os anteprojetos e projetos elaborados pelos setores que trataram dos temas relacionados aos direitos dos servidores públicos. Até mesmo agora, no substitutivo que está sendo redigido pelo relator Bernardo Cabral e relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, está contemplada a extinção dos marajás.

Das seis emendas apresentadas na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e quatro na Comissão da Ordem Social (segunda etapa de trabalho da Constituinte), apenas uma, do deputado Sérgio Spada (PMDB-PR), não queria que se fixasse na Constituição uma limitação para os salários dos servidores públicos. Sua emenda, no entanto, foi rejeitada pelo relator da Comissão, deputado Almir Gabriel (PMDB-PA), que preferiu manter a proposta contida no relatório da Subcomissão, limitando a maior remuneração no serviço público em 25 vezes o valor do menor salário.

A disparidade salarial na administração pública, argumentou Almir Gabriel, atingiu níveis escandalosos, convivendo a massa que percebe salário mínimo com os chamados "marajás". É inegável também que a desejável redução dessas disparidades não decorrerá exclusivamente de norma constitucional. A nosso ver, a Carta Magna deve, no entanto, delimitar os extremos no interior dos quais a diferença salarial é considerada aceitável.

Também para o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), além de assegurar aos trabalhadores direitos como jornada de trabalho decente, garantias contra demissões imotivadas e liberdade sindical, os constituintes "têm hoje um dever indeclinável de liquidar com os direitos que asseguram os privilégios dos marajás. E, para ele, só a Constituinte pode fazer isso, "porque só uma norma constitucional pode fulminar com o direito adquirido". Segundo o deputado, os salários dos marajás geralmente atingem valores altíssimos, com base na própria lei. "E nenhum Tribunal pode eliminar estes privilégios, até porque a maioria dos Tribunais está cheia de privilegiados".

A sugestão acatada pelo relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, Almir Gabriel (PMDB-PA), foi a de que a menor remuneração nunca seja inferior a 1/25 da maior remuneração paga a um servidor. Segundo Gabriel, esse quantitativo resultou de uma avaliação feita junto às entidades associativas de servidores públicos. Antes, o anteprojeto da Subcomissão colocava a questão na ordem inversa: o maior salário nunca poderá ser superior a 25 vezes o menor salário. O relator achou justa a argumentação do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), de que se deve fixar os valores mínimos e não o teto.

Essa posição, no entanto, caiu nas fases seguintes da Constituinte, constando dos anteprojetos da Comissão da Ordem Social e da Comissão da Sistematização a mesma redação que agora pretende aproveitar o relator Bernardo Cabral em seu substitutivo: "A Lei fixará a relação de valor entre a maior e a menor remuneração no serviço público". Bernardo Cabral aceitou a sugestão de José Ignácio (PMDB-ES), deixando que os limites mínimos e máximos sejam definidos por lei complementar. (LN).

### CATARINA GUERRA Da Editoria de Política

Plenário esvaziado e desatento, enquanto os poucos constituintes presentes se alternam na tribuna para falar sobre os mais desconhecidos assuntos. Este tem sido o retrato — mostrado ao País inteiro e alvo de muitas críticas — do plenário da Constituinte durante o primeiro turno de discussão do projeto de Constituição, que começou no dia 15 de julho e vai até o próximo domingo.

O verdadeiro debate constitucional, se é que chegou a acontecer, sequer passou pelo plenário: foi feito a portas fechadas pelos diversos grupos que resolveram elaborar seus próprios substitutivos e entregá-los diretamente ao relator Bernardo Cabral.

Mas o plenário já teve dias de glória, logo no início dos trabalhos da Assembleia, quando o regimento interno foi elaborado, em meio a uma grande briga pela soberania da Constituinte. E certamente voltará a ser o centro nervoso da Assembleia a partir do dia 20 de setembro, quando receberá para votação, em primeiro turno, o projeto aprovado na Comissão de Sistematização.

#### AGRESSÕES

Desde a aprovação do re-

gimento interno, o plenário tem se agitado algumas vezes, quase sempre em função de acontecimentos externos envolvendo parlamentares. Foi assim quando diversos constituintes que foram prestar sua solidariedade aos bancários em greve acabaram sendo agredidos pela PM do Distrito Federal, em frente ao edifício-sede do Banco do Brasil.

A maior vítima do incidente foi o deputado João Herrmann (PMDB-SP), que recebeu um chute por trás, mas pelo menos três membros da bancada de Brasília — Pompeu de Souza (PMDB-DF), Maurício Corrêa (PDT-DF) e Augusto Carvalho (PCB-DF) — também apanharam. Neste dia, os protestos tomaram toda a sessão, e parlamentares chegaram a pedir que a Constituinte fosse transferida para local mais seguro que Brasília.

Outra sessão muito agitada foi a que recebeu a notícia da possível prisão do deputado Paulo Delgado (PT-MG) durante uma manifestação de funcionários públicos no centro de Belo Horizonte. Como as notícias eram desencontradas, vários constituintes saíram, ligavam para Belo Horizonte e voltavam para corrigi-las ou confirmá-las, enquanto outros cobravam

providências de Ulysses. No final da sessão, concluíram — erradamente — que o deputado petista não havia sido preso.

Durante a fase das subcomissões e das comissões, o plenário funcionou como uma caixa de ressonância das disputas e votações ocorridas lá. Com o início do desdesorganizado e desinteressante "debate" do projeto elaborado pela Sistematização, começou a luta do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) pela adoção de um cronograma de debates por temas, que impedisse a transformação da sessão no que ele chamou de "monótono pinga-fogo de quatro horas".

#### SESSÕES TEMÁTICAS

Depois de ignorar a sugestão de Plínio por quase um mês, a Mesa da Constituinte, pressionada por ele e por vários outros parlamentares que aderiram à ideia, resolveu convocar uma reunião de lideranças para tratar do assunto. Os líderes decidiram manter as sessões ordinárias já marcadas, mas convocaram nove sessões extraordinárias noturnas, cada qual destinada à discussão de um tema polêmico.

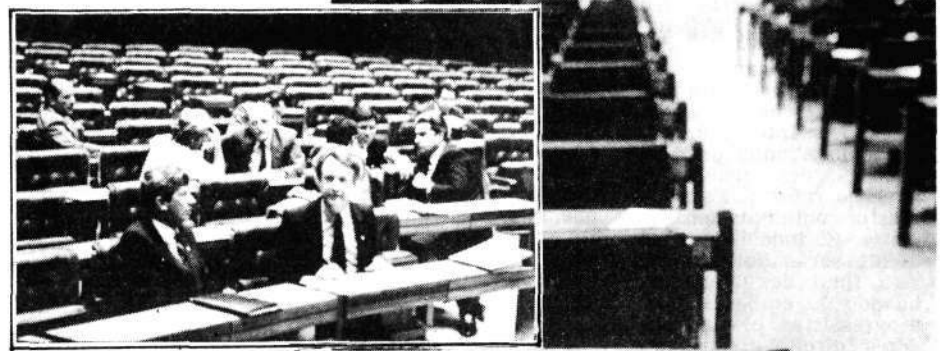
A primeira sessão extraordinária noturna, convocada para discutir o sis-

tema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — parecia a comprovação da tese de Plínio: no plenário cheio, era possível encontrar uma inédita concentração de "estrelas", que raríssimas vezes aparecem por lá, como Delfim Netto (PDS-SP), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Mário Covas (PMDB-SP).

O ponto alto da noite foi um belo discurso do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) em defesa do parlamentarismo, aplaudido de pé pelos constituintes. Vários dos raros momentos capazes de despertar emoção no plenário, aliás, foram protagonizados pelo senador Afonso Arinos, como aconteceu quando ele homenageou o recém-falecido escritor Gilberto Freyre. Neste dia, contrastando com as dezenas de frases feitas já despejadas nos microfones em sinal de pesar pela morte de Gilberto Freyre, o discurso de Arinos foi feito de improviso e resultou numa verdadeira aula de cultura brasileira.

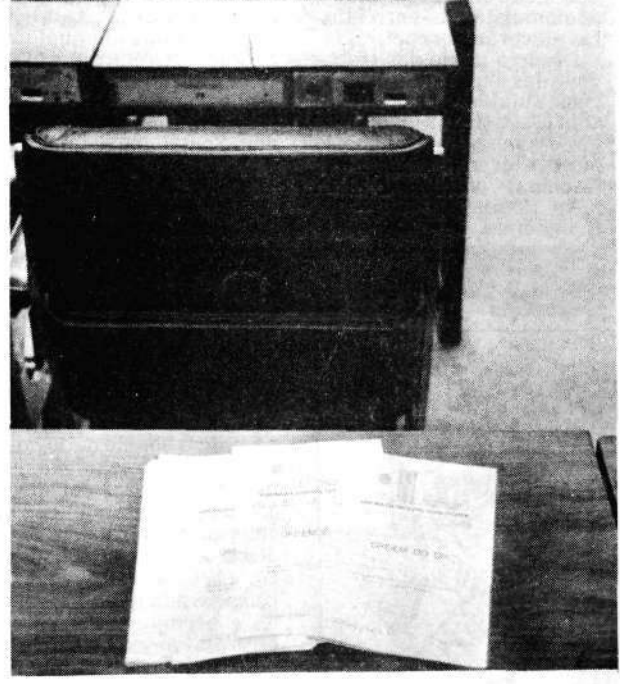
As sessões noturnas que se seguiram, porém, mostraram que a maioria dos constituintes havia ido à primeira, atraída muito mais pela novidade que pela expectativa de assistir a um autêntico debate constitucional.

## Até agora, muito pouco debate



dia-a-dia Salvo em alguns

poucos momentos de mais movimento e discussão (na fase inicial), o que se viu até agora foram os conchavos e as explicações sem relação lógica. Um clima gélido e que não pareceu interessar à maior parte dos eleitos para elaborar a Nova Carta.



## O POVÃO NÃO ESTÁ GOSTANDO

O povo está decepcionado com os trabalhos da Constituinte. Este é o resultado de uma enquete realizada pelo CORREIO BRAZILIENSE em Brasília. A grande maioria das pessoas acha que os políticos estão mais interessados em resolver seus proble-

mas pessoais do que solucionar os problemas da Nação. Somente 30 por cento dos entrevistados estão acompanhando diariamente os trabalhos dos constituintes. O restante já cansou de assistir ao noticiário sobre o assunto por que considera muito burocrático o trabalho no Congresso.

## Quem é o culpado pelo desencanto?

SERGIO CHACON Editor de Política

O homem comum, do povo, de fato não pode estar gostando do que ocorre na Constituinte. Primeiro, porque ao trabalho a portas fechadas só é permitido o acesso de alguns privilegiados. Segundo, porque as discussões técnicas, a complicada forma de elaboração da Carta é incompreensível para a grande maioria da população. Terceiro, porque os resultados do trabalho que hoje está sendo feito só vão começar a aparecer dentro de alguns anos e, ainda assim, a nova Constituição não será a solução dos grandes problemas nacionais. Se é que ela vai solucionar algum deles de fato.

Mas há outros motivos. Entre eles, o fato de que as sessões plenárias têm sido invariavelmente esvaziadas. Poucas são as que empolgaram com debates quentes e grande presença parlamentar. Os jornais e a TV têm registrado esse esvaziamento. E as opiniões do homem comum, as próprias emendas populares, não têm sido levadas em consideração como era de se esperar. A bem da verdade, as emendas populares foram motivo de festa mas não de reflexão dos constituintes.

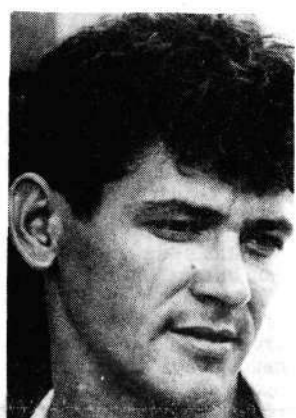
A Constituinte nunca chegou a ser uma reivindicação da sociedade, a não ser das elites. O povo se preocupa mais com o de comer, com o transporte, com o que vestir e só se empolgou com a ideia na Assembleia por acreditar, inocentemente, que ali estaria a solução para aqueles problemas concretos de seu dia-a-dia.

Transcorridos sete meses de trabalhos da Assembleia, o que se tem de concreto? Pouco, muito pouco. Consta-se que se gastou mais tempo em discutir a sua forma de funcionar, em debater o mandato do Presidente, o sistema de governo e outros assuntos de reduzido apelo popular. É triste, é lamentável, ver a Assembleia chegar perto do seu final sem ter empolgado o povão. Pior ainda é pensar que a nova Carta pode resultar numa grande frustração popular. E não haverá bode expiatório nem alguém em quem se poderá botar a culpa. Se é que existe um culpado.



Rosângela Gomes Rodrigues, 24 anos, vendedora, reside no Guarã I.

"Acho que os constituintes não estão deixando de fazer um trabalho bom. Acho que eles se esforçam. Claro que às vezes os trabalhos não são levados muito a sério, mas vamos ver no que vai dar. Eu nem tenho acompanhado muito o trabalho da Constituinte. Não sei nem em que fase ela está".



Marco Antônio de Andrade, 23 anos, auxiliar de escritório, reside no Plano Piloto.

"Acho que os constituintes estão muito enrolados. Eles parecem pensar somente em atender aos próprios interesses. Não espero muita coisa desta tituinte".



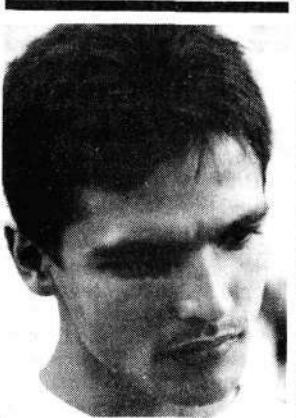
Domingos Alves Mota, 31 anos, vigilante, mora no Plano Piloto.

"Acho que os trabalhos na Constituinte estão andando muito devagar. O pior é que não sei se a situação pode melhorar após a Constituinte. Atualmente acho que os políticos estão discutindo sobre reforma agrária, estabilidade no emprego. Temas interessantes e bastante polêmicos".



Gildemar Ferreira, 27 anos, vendedor, reside em Brasília.

"Até hoje a Constituinte não trouxe nenhum benefício ao povo. Acho que tudo vai continuar como está, com a Constituinte pouca coisa mudará. Eu não acompanho mais o trabalho dos constituintes. Há cerca de quinze dias me desliguei da Constituinte. Na verdade, a grande maioria dos políticos está preocupada com os seus próprios problemas".



Beto Zanitini, 20 anos, vendedor, reside em Brasília.

"Acho que a Constituinte é uma embromação. Eles plangem muito, mas não põem em prática. Na minha opinião, para este País melhorar vai ter que haver algo grande e forte como uma revolução civil. Caso contrário, tudo continuará eternamente como está".



Cláudia Ricci, estudante, 24 anos, reside em Brasília.

"Acho que os trabalhos na Constituinte andam muito devagar. A enrolação é grande. Para mim, as promessas são muitas mas não são cumpridas. Só uma revolução mudaria este País. Acho que não adianta somente falar dos salários dos marajás. Salários que constam em folhas do pagamento. O pior é o roubo escondido que acontece demais. Eu, junto com um amigo, vou morar na Itália. Aqui não dá mais. Fora deste País acredito que teremos uma vida melhor".